



## EPISTEMICÍDIO E NORMA EPISTÊMICA: NAS ENCRUZILHADAS DA DESOBEDIÊNCIA

SANTANA TACIAA MARIZ FÉLIX<sup>1</sup> E  
MANUEL COCHOLE PAULO GOMANE<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo refletir acerca do epistemicídio e a norma epistêmica como estratégias de dominação colonialista por meio do exercício do *poder* sobre o *saber* e o *ser* em sociedades colonizadas, um debate que se enquadra igualmente no campo da epistemologia social, particularmente na temática sobre o “silenciamento epistêmico”. O epistemicídio ou as “injustiças epistêmicas”, junto ao genocídio em nosso território afro-pindorâmico, se caracteriza com continuadas tentativas de extermínio das tradições, saberes e suas tecnologias, sustentada por vários mecanismos de silenciamento, dentre eles, temos a norma epistêmica com base na “razão universal” ao exemplo do reducionismo e a analiticidade. Porém, como nossas/os ancestrais (culturais e epistêmicos) andamos nas encruzadas da desobediência epistêmica, nas veredas da pluriversalidade, provincialização e da razoabilidade das racionalidades, “costurando” saberes dentro de uma estrutura “arqueológica de conhecimento” que é determinada, muitas das vezes, por uma ecologia do saber que tem como barômetro um “local epistêmico” hegemônico desde a semântica ao processo de legitimação ontológica, ao exemplo das “eurofilosofias”; isto é, marginalização das “filosofias e ciências” da alteridade como as afro-pindorâmicas e indo-islâmicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Norma epistêmica; Encruzilhada; Injustiça epistêmica.

**ABSTRACT:** This article aims to reflect on epistemicide and the epistemic norm as strategies of colonialist domination through the exercise of power over knowledge and being in colonized societies, a debate that also falls within the field of social epistemology, particularly in the theme of "epistemic silencing". The epistemicide or the "epistemic injustices", together with the genocide in our Afro-Pindoramic territory, is characterized by continuous attempts to exterminate the traditions, knowledges, and their technologies, sustained by several silencing mechanisms, among which we have the epistemic norm based on the "universal reason" as an example of reductionism and analyticity. However, like our (cultural and epistemic) ancestors, we walk in the crossroads of epistemic disobedience, on the paths of pluriversality, provincialization, and reasonableness of rationalities, "sewing" knowledges within an "archeological structure of knowledge" that is often determined by an ecology of knowledge that has as its barometer a hegemonic "epistemic site" from semantics to the process of ontological legitimation, as exemplified by the "Europhilosophies"; that is, marginalizing the "philosophies and sciences" of alterity such as Afro-Pindoram and Indo-Islamic ones.

**KEYWORDS:** Epistemic norm; Crossroads; Epistemic injustice.

<sup>1</sup> Graduanda em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Palestrante e pesquisadora em filosofias afro-pindorâmicas e feminismos. E-mail: tacialalattes01@gmail.com.

<sup>2</sup> Pesquisador e membro do Centro de Estudos Moçambicanos e Etnociências (CEMEC) e Assistente Universitário no Departamento de Filosofia na Extensão de Maxixe (Inhambane, Moçambique). Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: manuelcochol@gmail.com.

Nas encruzilhadas epistêmicas, pedimos licença a Exu, Orixá comunicador, dono dos nossos caminhos, mercador de trocas justas nos mercados das existências, aquele que faz “travessuras” vencendo as normas injustas, que gargalha alto para curar as feridas coloniais de nossas mentes e corações. Os domínios violentos da colonialidade sobre nossos corpos, mentes, corações, territórios e produções de conhecimentos, fundamentam os eventos continuados de epistemicídio (CARNEIRO, 2005) sobre povos e grupos colonizados. Os epistemicídios são as tentativas continuadas de assassinatos e deslegitimação dos conhecimentos, memórias, tradições e corpos de mulheres, povos *afro-pindorâmicos*<sup>3</sup>, pindorâmicos, africanos e não-euro categorizados (ciganos, indianos etc.). Esse processo histórico e continuado de epistemicídio está presente, por exemplo, na negação da existência das filosofias africanas e pindorâmicas, sustentada pela suposta ausência de um método que corresponda a legitimação da “razão universal” em que a compreensão acerca da forma de produção de conhecimentos ocidentais baseia-se nos critérios de legitimação de saberes “neutros”, “objetivos” e “universais”.

O que nos coloca frente ao controle acerca do *poder* que acessa o *saber* e o *ser* (MALDONADO-TORRES, 2008) pois, sobretudo a categoria de universal, do “latim *unius* (um) e *versus* (alternativa de...)”, fica claro que o universal, como um e o mesmo, contradiz a idéia de contraste ou alternativa inerente à palavra *versus*” (RAMOSE, 2011, p. 9). Ou seja, a afirmação do “universal”, permite apenas uma forma de interpretação do mundo como verdade, sendo a “única alternativa” de compreensão possível para todas as formas de conhecer, organizar, experienciar, ser e estar no mundo. Mas como abarcar toda a multiplicidade de existências diante de todas as culturas, os territórios, as identidades, performances, divisões socioeconômicas etc., em uma única perspectiva? Onde essa perspectiva está situada? De que lugar, tempo, espaço, condições essas perspectivas partem?

Para refletirmos sobre tais problemáticas, utilizamos a análise bibliográfica de obras de pensadoras e pensadores que nos ajudam, talvez não necessariamente responder todos os nossos questionamentos, mas dar continuidade às investigações que inquietam nossas existências no que diz respeito a repensar as narrativas históricas, filosóficas e científicas hegemônicas. Tais inquietações são frutos de pesquisas que se cruzam nas veredas epistêmicas e que continuarão a confluir na tentativa de descolonizar as produções acadêmicas, ressaltando as possibilidades infinitas de conhecer e experienciar o mundo por meio de múltiplos saberes, filosofias e

---

<sup>3</sup> Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani (DOS SANTOS, 2015) que diz respeito ao território sul do nosso continente, onde hoje se localiza o Brasil. Utilizarei essa expressão “afro-pindorâmico” para me referir a grupos miscigenados entre povos originários de nosso território e de África. E Pindorama para me referir aos povos originários de nosso país, território e culturas.

ciências. As referências citadas compõem pesquisas dos autores deste texto que se debruçaram sobre projetos de pesquisas e extensão, grupos de leituras e laboratórios de pesquisa com temáticas comuns aqui expostas. Como toda investigação filosófica comprometida em afirmar a vida, nossas pesquisas seguem inconclusas, vindo-a-ser sendo (*ubu + ntu*).

### **Epistemicídio e norma epistêmica: pêndulo da tradição**

A legitimidade hegemônica, das filosofias e ciências são “medidas” pelo pêndulo da tradição moderna ocidental (GOMANE, 2020). Esta é uma posição de alteridade impossível, pois, esta concepção epistêmica reducionista é exemplo da negação de compreender novas *conceitografias* e noções de conhecimento vindos de cosmovisões diferentes, como as de que: existe uma filosofia Bantu, do Islã, Brasileira, Yanomami, entre outras. Contudo, a questão é perceber se: as medidas do pêndulo barométrico estão situadas na categoria de razão universal? A asserção segundo Ngoenha (2018, p. 31) de que “para pensar o universal, cada homem<sup>4</sup> parte da sua situação específica, particular. Quem pensa o universo é sempre um homem singular, pertencente a um grupo particular, situado no espaço e no tempo”, carece de uma enorme reflexão.

Por essas e outras razões e objeções, é importante segundo Gomane (2020), deslocamos o nosso paradigma de “racionalidade universal” para a razoabilidade, se tratando de racionalidades que procuram perceber as diversidades de métodos investigativos e possibilidades de compreensões de mundo como caminhos hipotéticos, caracterizados por um revisionismo científico e, sobretudo, tomados como válidas a partir de inquéritos que respeitam as particularidades vivenciadas e validadas por povos e grupos ao qual esses conhecimentos possuem sentidos e significados. Crenças que obedecem um mínimo epistêmico e não dogmático. Estamos falando da tese de substituição e de continuidade como possibilidade de “alteridade possível”.

O deslocamento da racionalidade universal como uma das possibilidades da tese de continuidade, é importante porque nos livra do perigo desta enquanto razão totalitária, pois a

---

<sup>4</sup> Nos propomos a uma reflexão acerca de “o homem” como categoria de gênero masculino universal, onde o homem enquanto gênero masculino corresponde a humanidade, que devido o contexto de sua formação patriarcal colonialista, compreendemos este fenômeno por “andro-eurocentrismo as junções dos termos “androcentrismo” do grego ‘*andros*’ que se traduz como ‘homem’, cunhado pela socióloga Lindeman (2006), que designa ‘homem no centro’, a tomada do gênero masculino como sujeito universal para definir a humanidade ‘o homem’” (FÉLIX; CIRINO; MAFRA, 2020, p. 22). O androcentrismo também pode ser associado ao eurocentrismo, onde o homem branco do continente Europeu é tido como referencial de “evolução” cultural e de organização do mundo. “Assim, o andro-eurocentrismo é a colocação do sujeito branco masculino europeu como único ser cognoscível e universal” (FÉLIX; CIRINO; MAFRA, 2020, p. 22).

tentativa de empurrar-nos para Téo-Racionalidade, a racionalidade suprema, sobre a qual todos processos cognitivos devem obedecer a uma determinada normatividade epistêmica prescritiva ou mandamentos para chegar ao ‘céu científico’, cujo cânone da sua legitimação advém dos mandamentos da santa ciência, é de facto um dogma científico muito perigoso, (cf. Ibidem, p. 100)

Este “cânone” determinado pela normatividade epistêmica demonstra que o *saber* funciona também como ferramenta de domínio, onde o *poder* exerce restrições ou acessos privilegiados nas organizações das sociedades colonizadas, controlando a possibilidade de *ser* dos povos colonizados. Na lógica de dominação colonialistas os povos de “países subdesenvolvido” são colocados no lugar de Outro, ou melhor, Outra<sup>5</sup>, um lugar quase "vazio" de "não lugar" produzido pelo epistemicídio dentro dos domínios geopolíticos dos conhecimentos branco-euro-patriarcal. Como afirma a filósofa Sueli Carneiro:

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Objetivamente, notamos a partir da citação acima que, não há como negarmos a legitimidade de conhecimentos de povos e grupos colonizados sem negar-lhes a “capacidade” cognoscente humana de serem “Seres Pensantes”, como declara Hegel em sua obra *Filosofia da história, uma introdução* “[1837 - primeira publicação]. Nessa obra entre diversos argumentos questionáveis sobre os africanos, aponta que uma das principais características dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis” (HEGEL, 1999, p. 83; obra que encontra uma resposta anos mais tarde por Tempels no livro *la philosophie bantoue (1945)* e inaugura um acerados debate entre os filósofos da crítica (corrente crítica) na filosofia africana.

---

<sup>5</sup> “Outra” no feminino, para pensar as violências coloniais silenciadas contra mulheres, como a cultura do estupro, impostas aos corpos das mulheres indígenas e africanas, que estavam num lugar subalternizado por sua condição de raça e gênero. Precisamos pensar os cruzos de gênero (mulheres cis, trans, travestis), raça (negras, indígenas, não-ocidentais), classe (empobrecidas), reprodução social (mães, sobretudo as mães solas) localização geográfica (sul global, brasil, pindorama, quilombo, aldeia etc.), orientação sexual (lésbica, bissexual, pansexual e etc.), religiosas e culturais. Considerando que a raça, o gênero, são por exemplo, categorias inventadas e impostas a povos não-europeus pelos brancos colonizadores (OYERONKÉ, 2021), para que esses "produtos", "inventados" estejam ausentes nos *lócus* de organização social, como também na produção científica ou filosófica “legítima” de conhecimento.

Como demonstra acerca da objecção hegeliana e ocidentalizada baseada no reducionismo argumentativo do ser africano, a pensadora nigeriana Oyèrónké Oyéwúmí (2021, p. 34), argumenta por exemplo, que se define erroneamente as categorias ocidentais de gênero como: “o ‘homem da razão’ (o pensador) e a ‘mulher do corpo’, e elas foram construídas de formas opostas”. Ora, tais imaginários racista e sexista epistêmico são reproduzidos também por instituições educacionais quando entendemos a construção das narrativas históricas imagéticas de mulheres, de povos pindorâmicos e africanos/afrodescendentes na posição de “vencidas/os” perante o vencedor, o homem branco colonizador. Exemplo:

O homem é um ser essencialmente pensante, racional. Ora, o negro é incapaz de pensamento e raciocínio. Ele não tem filosofia, ele tem uma mentalidade pré-lógica etc. Portanto, o negro não é verdadeiramente um homem e pode ser, legitimamente, domesticado, tratado como um animal (TOWA, 2015, p.27).

Assim o epistemicídio cria uma “fábrica” de identidades subalternas através não da história contada, mas da história que deve ser “esquecida”, silenciada. A partir do conceito de epistemicídio podemos perceber que ocorreu no Pindorama não apenas um genocídio sobre os corpos dos povos originários, bem como o tráfico e exploração humana de pessoas africanas, mas, para além do assassinato físico, ocorreu/ocorre o assassinato epistemológico, dos saberes, métodos, memórias e o sentimento de pertencimento.

Assim, nossos ancestrais foram categorizados pelos colonizadores como “irracionais”, “selvagens”, possuidores de narrativas meramente “míticas”, mas, que tipos de mitos a modernidade ocidental tem inventado? Além, é claro, dos mitos do gênero e da raça (OYEWUMÍ, 2021) onde as mulheres, os afro-pindorâmicos e seus descendentes, herdaram o estereótipo de corpos-não-pensantes, violados pelo pacto da *branquitude*<sup>6</sup> masculina brasileira. Pois a história, ciência e filosofia que aprendemos nas escolas brasileiras foram desenvolvidas a partir das “experiências masculinas europeias como universais, baseadas em um conceito de suposta objetividade e neutralidade entre sujeito e objeto de investigação” (FÉLIX; CIRINO; MEDEIROS, 2020, p. 14).

Mas, não podemos conceber como conhecimento “legítimo” aquele ou aqueles “legitimados” pela própria comunidade onde estes mesmos são produzidos e nutridos de sentidos e significados? Ou somente um grupo específico do cânone das tradições ocidentais,

---

<sup>6</sup> Para a pensadora Aparecida Bento, a branquitude se caracteriza com “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento” (BENTO, 2002, p. 1). Construída perante o modelo eurocêntrico colonialista onde estes possuem “uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (BENTO, 2002, p. 2).

branca e masculina pode definir essa legitimação porque possuem os “métodos corretos” de investigação?

Olhemos, por exemplo, a ideia de que a noção de verdade é construída a partir das atividades normativas do cotidiano com um local e uma gramática característica, e tal produção científica é também caracterizada por transmissão testemunhal de conhecimento (informantes confiáveis), deste *local epistêmico*<sup>7</sup>, devemos nos situar em um lugar, de forma que “o conceito de tradição, aqui pensado, é o de passagem de um testemunho (legado da mundivisão) de uma geração para outra, seja ela uma geração de conhecimento, de cultura, de religião, de tecnologia, entre outras” (cf. GOMANE, p. 96-97, 2020).

Assim, ao descentralizar a “tradição universal” para “tradições razoáveis ou pluriversais” (idem) temos a possibilidade fértil para as encruzilhadas epistêmicas, produzidas nas brechas da desobediência (MIGNOLO, 2008) daquilo que é hegemônico, de resistências afro-pindorâmicas contra o epistemicídio e a norma epistêmica, em que há “a ‘passagem testemunhal e epistêmica’, que denominamos ‘tradição razoável’, se situa entre o pêndulo da tradição e o da modernidade no pensamento africano” (GOMANE, 2020).

As asserções acima nos possibilitam pensar um *cruzo* de polidiálogos entre os saberes e tradições africanas, pindorâmicas, europeias, orientais etc. de forma que, uma não se sobreponha a outras, mas que uma acrescente a aprenda novos métodos e saberes com outras culturas e formas de existência, o que nunca foi problema para nossos ancestrais afro-pindorâmicos. Alteridade possível.

Mas, como contrapartida, sabemos que a exclusividade que a monorracionalidade ocidental sustenta através da norma epistêmica para chegar ao conhecimento credível, é apenas reflexo do medo do que difere de sua cultura. Para Dimas Masolo (2010) a monorracionalidade é a maneira como o ocidente concebe sua racionalidade como única maneira legítima de compreensão do mundo. De forma que esta possui dificuldades de conviver e compreender outras perspectivas culturais de racionalidade, além das produzidas por suas próprias epistemologias. Percebemos que diante dos embates de ideias ocidentais e não-ocidentais, “aquilo que aparenta ser um conflito de racionalidades é, provavelmente, apenas um desconforto (por parte dos ‘monorracionais’) relativamente a estratégias explanatórias pouco familiares” (ibidem, 2010, p. 10).

---

<sup>7</sup> Em termos mais simples, quero dizer que a antropologia e a filologia e todas as ciências sociais só podem ser realmente entendidas no contexto da sua região epistemológica de possibilidade. Tanto as histórias quanto as tendências dessas ciências, suas verdades e suas experiências, por serem derivadas de um espaço dado, falam a partir dele e primeiramente sobre ele. (MUDIMBE, 2019, pg. 44)

Dos argumentos expostos até aqui, notamos que, por um lado, o deslocamento da universalidade para razoabilidades nos permite o contato com a polirracionalidade (MASOLO, 2010), e que, igualmente, por outro lado, devemos perceber que para além da afirmação que “a filosofia estuda o ‘todo’ ou ‘tudo’”. Pois, nos parece que uma má concepção dessa afirmação demonstra que a mesma não considera “as partes” do qual o “todo” ou “tudo” é constituído (cf. GOMANE, 2020, p. 101).

Das universalidades, em investigações e conversações filosóficas, devemos compreender a particularidade como ponto de partida válida, uma vez que, em qualquer que seja a metodologia científica de gênero, quando enquerimos, necessariamente refletimos a partir de um tempo histórico, localização geográfica, cultural que se situa dentro de uma condição de gênero, de raça, de orientação sexual e, entre outros marcadores socioeconômicos e políticos. Por isso, consideramos que:

A filosofia não estuda tudo, mas ‘o todo’ das partes. Do mesmo modo, não podemos tratar da Racionalidade como se fosse o ‘Tudo’. A racionalidade é, analogicamente, neste exemplo, ‘o Todo’ que compõe as partes do ‘Tudo’, possivelmente, metafísico. Seguindo as asserções atrás referenciadas, assevero, de forma assertiva, que convêm tratarmos de racionalidades, isto é, Razoabilidade e não de Racionalidade epistêmica [universalidade x pluriversalidade] (GOMANE, 2020, p. 101).

### **Nas encruzadas da desobediência epistêmica**

Partimos da cosmopercepção como “uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. [...], uma combinação de sentidos” (OYÉWÚMÍ, p. 29, 2021) para nos ajudar a compreender as encruzilhadas epistêmicas. As encruzilhadas epistêmicas são uma combinação de sentidos que geram formas de conhecer, interpretar e experienciar o mundo. São *cruzos* entre os vários saberes e conhecimentos de povos e grupos que se encontram simultaneamente no território Pindorama durante e depois da diáspora. Aqui, nos colocamos frente a miscigenação violenta (sobretudo para as mulheres) entre povos originários de Pindorama, África, Europa etc. Na qual povos não-europeus necessitaram/necessitam criar estratégias de sobrevivência para não morrer junto com suas tradições.

Neste legado de injustiças sociais e epistêmicas marcadas pelo silenciamento, podemos citar como exemplo de resistência ancestral durante a diáspora, o hibridismo ou sincretismo religioso, que nasce como tecnologia de sobrevivência dos descendentes Yorubás, Bantus, Fons (BERNARDO, 2005) para continuarem cultivando suas tradições e crenças nos Orixás os associando aos santos católicos. Como afirma a pensadora brasileira Terezinha Bernardo, "uma

das características fundamentais da diáspora é a criatividade que permite, de forma às vezes desordenada, fecundações inesperadas" (BERNARDO, 2005, p. 5). O sincretismo cultural entre os povos originários de Pindorama, originários de África e europeus são a materialidade da encruzilhada epistêmica fruto da desobediência dos nossos ancestrais a lógica de dominação colonial que tinha por finalidade exterminar suas crenças, tradições, formas de organização, identidades e territórios. Compreendemos as encruzilhadas como possibilidade de:

[...] combater qualquer forma de absolutismo, seja os ditos ocidentais, como também os ditos não ocidentais. A potência da encruzilhada é o que chamo de *cruzo*, que é o movimento enquanto sendo o próprio Exu. O *cruzo* é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível. O *cruzo* versa-se como atravessamento, rasura, visita, contaminação, catalisação, bricolagem [...] O *cruzo* é a rigor uma perspectiva que mora e pratica a transgressão e não a subversão, ele opera sem a pretensão de exterminar o outro com quem se joga, mas de engoli-lo, atravessá-lo, adicioná-lo como cúmulo de força vital (RUFINO, 2019, p. 18).

É nas veredas das encruzilhadas que praticamos nossa desobediência epistêmica: na exterioridade "marginal" da norma colonialista. Onde as "[...] exterioridades pluriversais que circundam a modernidade imperial ocidental (quer dizer, grego, latino, etc.), que as opções descoloniais se reposicionaram e emergiram com força" (MIGNOLO, 2008, p. 291). Não negamos os conhecimentos da tradição moderna, da "razão universal", que na condição de *cruzo*, naturalmente será descentralizada da posição de uma única forma legítima de narrar como se deve investigar e interpretar o mundo. As encruzilhadas são terrenos férteis onde nascem as cosmopercepções, as combinações e atravessamentos dos conhecimentos. Lugar que como Exu, fazemos da desvantagem estratégia de vantagem, onde ao mesmo tempo que somos condicionadas/os ao acesso exclusivo da literatura do colonizador em nosso sistema educacional, podemos também utilizá-lo como "arma argumentativa relevante para a geração de intelectuais críticos que pretendam refazer a história e se colocar como interlocutores válidos no mercado da credibilidade testemunhal" (GOMANE, 2020, p. 97). Polidialogando com outros saberes, filosofias e ciências. Pois na concepção ramosiana da filosofia ubuntu existe:

A noção de que dialogar não é um processo com objetivo final pré-estabelecido. Não raramente, a finalidade do diálogo é interpretada um tipo de resultado dialético que supera as partes anteriores. O polidiálogo é o reconhecimento de que existem pontos de vista que são incompatíveis. Porém, precisamos enfrentar justamente esses pontos sem buscar consenso ou um equilíbrio final (NOGUERA; BARRETO, 2018, p. 630).

Nas encruzilhadas como tese de continuidade, encontramos caminhos que se cruzam, mas, não necessariamente convergem entre si, ou seja, não são antitéticos. Compreender a incompatibilidade das coisas é essencial para a razoabilidade das racionalidades, desde que, uma concepção não anule e nem viole a existência da outra. Conviver com saberes, culturas e povos distintos com noções igualmente válidas é um dos maiores desafios da nossa existência. O polidiálogo, a razoabilidade das racionalidades, são possibilidades organizacionais dos



sistemas éticos ancestrais, que *renasce* na desobediência epistêmica de nossos mais velhos, na encruzilhada entre as tradições afro-pindorâmicas e ocidentais modernas, como vemos nos sincretismos religiosos e culturais. Quando na encruza fazemos o exercício de olhar para trás e apreciamos as alegrias e dores de nossa ancestralidade (seja sanguínea, espiritual ou epistemológica, de quem veio antes de nós) desobedecemos a lógica do esquecimento epistemicida colonial. Pois aqui, a “ancestralidade, nesse sentido, emerge como um contínuo, uma pujança vital e um efeito de encantamento contrário à escassez incutida pelo esquecimento” (RUFINO, 2019, p. 25).

### **Considerações finais**

A desobediência epistêmica nas veredas das encruzas cria possibilidades de descolonização. Grada Kilomba (2020, p. 224) compreende que “a descolonização se refere ao desfazer do colonialismo. Politicamente, o termo descreve a conquista da autonomia por parte daquelas/es que foram colonizadas/os e, portanto, envolve a realização da independência e da autonomia”. Quando partimos dos conhecimentos que organizam nossas sociedades, precisamos realizar o deslocamento da “universalidade da razão ocidental” e caminhamos para a razoabilidade das racionalidades, a pluriversalidade. Espaço e tempo onde esses saberes e povos se encontram simultaneamente: na encruzilhada. Nela realizamos o exercício de olhar para trás, para nossos ancestrais, desobedecendo a lógica primordial dos colonizadores: a do esquecimento. Nas tradições afro-pindorâmicas firmamos nossa autonomia de produção de conhecimento e polidialogamos com outros saberes e culturas, a fim de romper com qualquer lógica absolutista que busque barrar a potência *exuástica* de movimento em nossas vidas. Procuramos ao longo do texto colocar uma posição que afirma uma tese de continuidade. Ademais, corroborando com Kodjo-Grandvaux (2021), que as “filosofias” não ocidentais não sejam apenas um lugar de recepção e difusão em relação a ocidental; mas sim, um “local epistêmico” de colhida que renovaria a filosofia e colocariam a condições de possibilidade de um caminho cujo a alteridade seja possível.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 5-58, 2002.
- BERNARDO, Teresinha. O candomblé e o poder feminino. *Revista de Estudos da Religião*, v. 2, p. 1-21, 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese de Doutorado.

COCHOLE, Paulo Manuel Gomane. Pensamento africano: Interfaces paradoxais entre a desobediência e a “normatividade epistêmica”. *Pontos de Interrogação—Revista de Crítica Cultural*, v. 10, n. 2, 2020.

FÉLIX, Santana Taciana Mariz; CIRINO, Maria Reilta Dantas; MEDEIROS, Shirlene Santos Mafra. A luta por reconhecimento da mulher-pesquisadora na filosofia e na ciência. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 11, n. 3, p. 12-29, 2020.

HEGEL, Georg W. *Filosofia da História*. Tradução de Maria Rodrigues, Hans Harden. Brasília: UnB, 1999.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 71-114, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695> Acesso em 19 de mar. de 2021.

MASOLO, Dismas A. Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infância, Ubuntu e Teko Porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. *Childhood & philosophy*, v. 14, n. 31, p. 625-644, 2018.

OYÊWÙMÍ, Oyèrónké. *A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

TOWA, Marcien. *A Ideia de Uma Filosofia Negro-Africana*. Minas Gerais: Nandyala, 2015.

KODJO-GRANDVAUX, Séverine. *Filosofias Africanas*. Tradução Bernardo Tavares Dos Santos et.al. Florianópolis: Editora Cultura e Barbárie, 2021.